

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CELSO DE JESUS LOPES

**ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA EM
MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: SEUS IMPACTOS NA EFETIVIDADE,
SOLUÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em Governo Local.

Aluno: Celso de Jesus Lopes

Orientador: Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto.

Brasília – DF

Outubro/2018

ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA EM MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: SEUS IMPACTOS NA EFETIVIDADE, SOLUÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS

Autor: Celso de Jesus Lopes

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

RESUMO

Este Plano de Intervenção apresenta a falta de articulação para execução das Políticas Públicas de Emprego na esfera municipal da Baixada Fluminense, que compõe a região metropolitana do Rio de Janeiro. Neste trabalho, é proposto um levantamento de dados primários locais que dimensiona o distanciamento do diálogo e a falta de ações planejadas e integradas entre as esferas públicas do executivo e do legislativo, assim como a desmobilização dos conselhos municipais de composição tripartite, ou seja, com representações governamentais, laborais e patronais, o que compromete o alcance e a qualidade dos resultados da empregabilidade de uma população numerosa, que representa mais de 20% do total do estado do Rio de Janeiro. A importância socioeconômica e política da região, assim como os desafios a serem superados como as melhorias na infraestrutura, nos índices educacionais e de mobilidade urbana, norteiam para uma discussão mais integrada, incentivando e promovendo o trabalho decente com empregos sustentáveis, inclusivos, com estruturas públicas-administrativas mais eficientes.

Palavras-chave: articulação, conselhos municipais de trabalho, trabalho decente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Baixada Fluminense – RJ.....	9
Figura 2 - Project Libre.....	20
Figura 3 - Secretaria de Estado de Trabalho e Renda RJ	21
Figura 4 - Estrutura Mínima Sugerida para as Secretarias Municipais (Níveis executivo e gerencial)	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro / PIB Brasil / Brasil e Estado do Rio de Janeiro – 2010-2017	5
Quadro 2 - Baixada Fluminense – Rio de Janeiro	6
Quadro 3 - RJ - Evolução do emprego formal por municípios com ajustes.....	7

SUMÁRIO

1	DIAGNÓSTICO.....	5
1.1	Definição do problema.....	5
1.2	Contexto / Justificativa do Problema	6
1.3	Metodologia de coleta de dados.....	7
1.4	Localização do plano de intervenção	8
1.5	Público-Alvo	9
1.6	Valor Previsto	9
1.7	Duração	10
1.8	Instituição/Unidade funcional gestora e idealizadora	10
2	OBJETIVOS.....	11
2.1	Objetivos específicos	11
3	MARCO TÉCNICO E TEÓRICO (NO MÍNIMO 10 PÁGINAS).....	12
4	ESCOPO	20
4.1	Estrutura Analítica	20
4.2	Não escopo	20
4.3	Levantamento de restrições.....	20
4.4	Premissas.....	21
4.5	Riscos	21
4.6	Estrutura de gestão e principais atores envolvidos	21
4.7	Quadro de Trabalho/equipe.....	22
5	CRONOGRAMA	23
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
	ANEXO.....	27

1 DIAGNÓSTICO

1.1 Definição do problema

A região metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 21 municípios, abriga os 13 da Baixada Fluminense, que historicamente evolui lentamente nas políticas de trabalho, emprego e renda, apesar de concentrar grande massa populacional, ter relevante capital político-eleitoral e contribuir representativamente para o PIB estadual.

Ano	Rio de Janeiro				População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Brasil Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	Relação PIB RJ / PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto		Variação anual (%)	Volume				
	1 000 000 R\$	Índice 2010=1						
2010	449 858	100,00	...	15 993 583	28 127	3 885 847	11,58	
2011	512 768	102,64	2,64	16 112 678	31 824	4 376 382	11,72	
2012	574 885	104,73	2,04	16 231 365	35 418	4 814 760	11,94	
2013	628 226	106,08	1,29	16 369 179	38 379	5 331 619	11,78	
2014	671 077	107,71	1,53	16 461 173	40 767	5 778 953	11,61	
2015	659 137	104,70	-2,79	16 550 024	39 827	5 995 787	10,99	
2016*	638 095	100,44	-4,07	16 635 996	38 356	6 266 895	10,18	
2017*	623 856	98,24	-2,19	16 718 956	37 314	6 559 900	9,51	

Quadro 1 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro / PIB Brasil / Brasil e Estado do Rio de Janeiro – 2010-2017

Fonte: IBGE, CEPERJ/CEEP

Nota: Base 2010

O perfil socioeconômico da região, baixa infraestrutura na maioria de seus municípios, compromete a atração de investimentos que contemple os trabalhadores dessa região com melhores ocupações e salários.

Tal situação é potencializada pela falta de interação e cooperação entre os órgãos do executivo em cada município, que poderia ter maior participação nas comissões legislativas, no planejamento de ações para a construção de uma agenda minimamente convergente que dinamizasse a empregabilidade e geração de renda da população produtiva local, considerando sua vocação e potencialidade econômica.

Não se visualiza com facilidade o alcance efetivo das Políticas Públicas de Emprego no âmbito dos municípios da Baixada Fluminense, evidenciando-se a descontinuidade dessas políticas em nível local, dadas as limitações das prefeituras em suas execuções sem registros sistêmicos de dados, pela carência de quadros técnicos, provocando constantes recomeços e retrabalhos muitas vezes por órgãos que não têm como atividade-fim a área de trabalho,

culminando com a fragmentação na execução e resultados muito aquém dos projetados e necessários.

Diante o exposto, através da articulação para a execução das Políticas Públicas de Emprego nos municípios da Baixada Fluminense, busca-se melhorar efetivamente o enfrentamento ao desemprego, melhores soluções para as atividades laborais e propor uma estrutura intersetorial e integrada para o mundo do trabalho na região.

1.2 Contexto / Justificativa do Problema

O Brasil atravessa uma das mais longas crises política e econômica de sua história, com estagnação produtiva, reduzidos investimentos, credibilidade internacional em baixa e uma massa de desempregados de 12,7 milhões de pessoas, registrada no trimestre junho a agosto de 2018 (IBGE).

A região metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 21 municípios, concentra maior parte do PIB estadual. Dentro deste universo está contida a Baixada Fluminense, com seus 13 municípios contribuindo com uma população de mais de 3,7 milhões de habitantes e 2,7 milhões de eleitores, a qual sofre severamente com este cenário de desemprego. O quadro a seguir consolida este cenário

BAIXADA FLUMINENSE - RIO DE JANEIRO			
MUNICÍPIOS	*POP ESTIMADA(2018)	*IDH (2010)	**ELEITORES JUL/18
BELFORT ROXO	495.783	0,684	331.087
DUQUE DE CAXIAS	890.997	0,711	634.781
GUAPIMIRIM	57.921	0,698	40.733
ITAGUAI	122.369	0,715	90.951
JAPERI	101.237	0,659	73.693
MAGE	237.420	0,709	181.364
MESQUITA	171.280	0,737	135.124
NILOPOLIS	158.329	0,753	133.274
NOVA IGUAÇU	798.647	0,713	588.473
PARACAMBI	50.447	0,720	33.967
QUEIMADOS	145.386	0,680	72.971
SÃO JOÃO DE MERITI	460.461	0,719	367.866
SEROPEDICA	84.416	0,713	55.045
TOTAL	3.774.693	0,709	2.739.329

Quadro 2 – Baixada Fluminense – Rio de Janeiro

Fonte: *<http://www.tre-rj.jus.br/> **<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/>

A Baixada Fluminense ainda avança intermitentemente no setor produtivo, com setor industrial desconcentrado oferecendo oportunidades de emprego com melhores salários que, em pequena escala, são ocupados por trabalhadores da região, devido à baixa formação. Tem sua economia baseada nos setores de serviços e comércio e grande potencial de retomada.

A evolução do emprego formal na região entre 2015 e 2018 apresenta um saldo negativo de mais 67.000 postos de trabalho, o que causa grande impacto socioeconômico na região. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

MUNICIPIOS	2015	2016	2017	JAN a AGO 2018	TOTAL
Belford Roxo	-788	-1.117	-593	-340	-2.838
Duque de Caxias	-7.615	-13.951	-8.301	-4.544	-34.411
Guapimirim	-74	-60	60	-4	-78
Itaguaí	-4.676	-1.701	404	453	-5.520
Japeri	-113	-427	12	-31	-559
Magé	-347	-489	-97	-214	-1.147
Mesquita	-587	-187	-1	-103	-878
Nilópolis	-728	-994	-347	206	-1.863
Nova Iguaçu	-2.756	-2.657	-3.445	-167	-9.025
Paracambi	-123	-52	-154	-207	-536
Queimados	-723	-898	60	294	-1.267
São João de Meriti	-3.156	-4.597	-1.087	371	-8.469
Seropédica	115	-827	-67	-43	-822
TOTAL	-21.571	-27.957	-13.556	-4.329	-67.413

Quadro 3 - RJ - Evolução do emprego formal por municípios com ajustes.

Período: 2015 a Acumulado 2018 – Estado RJ – Baixada Fluminense

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

A reestruturação das políticas públicas se faz necessária, por meio de um levantamento situacional envolvendo as estruturas administrativas instaladas, as transversalidades e intersectorialidades a serem integradas para o aumento da empregabilidade, geração de renda e qualidade de vida com prosperidade para essa população.

1.3 Metodologia de coleta de dados

Este Plano de Intervenção adotará pesquisa exploratória, levantando a realidade das estruturas administrativas e funcionais das Secretarias Municipais de Trabalho da Baixada Fluminense, baseada na revisão bibliográfica sobre Políticas Públicas e Políticas Públicas de Emprego.

Buscará identificar, também, a sensibilidade dos gestores e operadores das políticas de emprego quanto aos limites tênues da intersetorialidade que envolve o assunto com o cruzamento de demandas nas áreas da saúde, assistência social, educação e previdência que atendem públicos de diferentes perfis, como jovens, adultos, mulheres, homens, pessoas com deficiência e reabilitados.

Deverá ser conduzida pesquisa documental através de documentos primários, relatórios institucionais e materiais de divulgação, como também questionários e entrevistas com representantes dos legislativos e executivos municipais da Baixada Fluminense.

Contará com consultas às bases de dados de órgãos governo do federal, tais como IBGE, MTE/CAGED e IPEA que, somadas às metodologias anteriormente adotadas, possibilitem fundamentar e visualizar a realidade da situação-problema e sirvam de base para a formulação efetiva do Plano de Intervenção apresentado.

Pretende-se realizar entrevistas abrangendo três grupos focais: governamental (executivo), os conselhos de trabalho e o legislativo municipal, por meio de entrevistas estruturadas, aplicadas aos representantes dos conselhos estadual e municipais de trabalho, aos vereadores e vereadoras integrantes das comissões legislativas de trabalho e entrevistas semiestruturadas, aos representantes executivos das Secretarias Municipais de Trabalho e correlatas que desempenhem o mesmo papel. Tais iniciativas gerarão dados primários locais mais próximos da realidade.

O recorte geográfico envolvendo os municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, baseou-se nos critérios populacionais, de proximidade limítrofe ao município-piloto para este Plano de Intervenção, Duque de Caxias, e aos municípios com conselhos municipais de trabalho implantados.

1.4 Localização do plano de intervenção

Este Plano de Intervenção terá Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, como município-piloto das ações de articulação e reestruturações administrativa, funcional e intersetorial da rede local para melhor execução e performance das Políticas Públicas de Emprego, se estendendo a Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, representando uma amostragem da ação na região.



Figura 1 - Baixada Fluminense – RJ

1.5 Público-Alvo

A Baixada Fluminense reúne em seus 13 municípios uma população estimada, para 2018 (IBGE, 2018), em 3.774.693 habitantes, representando em torno de 22% da população total do estado do Rio de Janeiro, estimada para o mesmo período em 17.159.960 habitantes (IBGE, 2018), um universo populacional bastante representativo e considerável da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A delimitação do Plano de Intervenção nos municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti alcançará uma população de 2.430.803 habitantes, com reflexos diretos nos indicadores produtivos, socioeconômicos, assim como na educação básica e ensino profissionalizante.

1.6 Valor Previsto

Os gastos estimados para desenvolvimento deste Plano de Intervenção estarão adequados às dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Trabalho que garantam despesas necessárias como os deslocamento de servidores, materiais de escritório, insumos para impressões, organização de fóruns de debates e sistematização.

Tabela 1 – Valor Previsto

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	Deslocamento de servidores	06	250,00	1.500,00
02	Materiais de escritório	única	500,00	500,00
03	Insumos para impressões	única	500,00	500,00
04	Organização de fóruns	02	3.000,00	6.000,00
05	Sistematização dos fóruns	01	1.500,00	1.500,00
TOTAL				10.500,00

Fonte: Elaborado pelo autor

1.7 Duração

Este Plano de Intervenção tem a duração prevista de 190 (cento e noventa) dias, que será dividido em fases para a conscientização e sensibilização, constituição de grupos de trabalho para discussão da realidade das políticas públicas no âmbito local, elaboração de minutas de reestruturação das Secretarias de Trabalho e encaminhamento para os prefeitos como proposta de implantação.

1.8 Instituição/Unidade funcional gestora e idealizadora

O Presente Plano de Intervenção terá o município de Duque de Caxias como referência das ações propostas, servindo de multiplicador aos demais municípios da Baixada Fluminense interessados em compartilhar experiências e construir novas práticas para melhores resultados das políticas de emprego e renda.

2 OBJETIVOS

Propor articulação entre as Secretarias Municipais de Trabalho dos municípios selecionados neste Plano de Intervenção, tendo Duque de Caxias como precursor, com a finalidade de promover a ação coordenada com outras políticas públicas buscando o alcance de resultados de empregabilidade e geração de renda eficazes e de maior impacto à sociedade

2.1 Objetivos específicos

- Identificar as estruturas administrativas atuais das Secretarias Municipais de Trabalho da Baixada Fluminense;
- Levantar as ações produzidas de atribuição da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, executadas por outras Secretarias;
- Apresentar desenho de estrutura das coordenações das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e suas congêneres.

3 MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

As políticas públicas são frutos de decisões governamentais implementadas pelas organizações públicas e têm seu êxito ligado à capacidade administrativa de conduzir interesses difusos e conflitantes, com intensa interferência política de poder, participação da sociedade civil, publicidade e recursos financeiros. O conceito teórico de que órgãos públicos são neutros e objetivos na execução dessas políticas confrontam com a realidade na qual estão inseridas, qual seja, em meio a uma teia de atores políticos.

Nos momentos de crise, surgem políticas públicas criadas com inconsistências, superficiais ou sem nenhum conhecimento da área, falta de coordenação e infraestrutura, gerando aos seus operadores uma execução tensa, desgastante e com resultados dispersos. Atuam como bombeiros, “apagando incêndios”, porém, aos seus autores, dá grande visibilidade diante a necessidade popular de medidas rápidas para uma situação emergente.

“As políticas muitas vezes ajudam a sociedade a se distanciar dos efeitos de um problema, mas também não a aproximam de uma solução; e podem agir sobre os sintomas sem tratar as causa” (BRYNER, 2010, p.317).

O desenvolvimento das políticas públicas muitas vezes encontra-se comprometido na sua estruturação adequada. Desde sua concepção, alocação de recursos, infraestrutura, até escolha de quadro de pessoal, diversos fatores interferem no andamento razoável do processo, entre eles: discordância entre diferentes níveis de governo e entes federativos, políticas mais robustas no nível de recursos e infraestrutura que são direcionadas a grupos políticos poderosos e com influência em decisões estratégicas de governo, implementações por agentes empíricos que não possuem embasamento técnico. Isso acaba por promover fragmentação em um processo influenciado por disputas de toda ordem e resulta em elaborações e execuções contraditórias.

“As políticas públicas decididas na esfera política são frequentemente abrangentes e vagas, deixando detalhes cruciais a serem trabalhados pelos agentes públicos” (WU, 2014, p. 24).

Os gestores públicos são personagens centrais no processo de elaboração, escolha e implementação das políticas públicas, assumindo sobrecarregado papel de atuação onde se apresentam como operadores públicos à sociedade, angariando bônus e ônus do sucesso ou fracasso não só das fases como do resultado final, intimamente ligado às satisfações e interesses políticos e da sociedade.

A gestão pública moderna traz a necessidade contínua de investimentos em qualificação e atualização para melhor capacitar o gestor para resolução de problemas públicos, onde podem se envolver e contribuir com mais propriedade. Também tem destaque o gestor de políticas públicas, detentor de formação técnica específica, participando com capacidade analítica e experiência de gestão.

Um ponto importante para a implantação de política pública diz respeito à agenda, quando o governo reconhece um problema que afeta a coletividade como prioridade a ser resolvido, alinhando as condições econômicas de executá-la e os interesses sociais e políticos, inevitavelmente. Esse problema reconhecido passa pelas etapas de formulação da política e a tomada decisão.

A definição desta agenda não é um processo linear, é político com embasamento técnico, com um elenco de atores estatais e sociais, buscando o equilíbrio para atender as necessidades materiais, o contexto institucional e ideológico e adequação às mudanças.

As políticas públicas são formuladas para resolver problemas de forma plausível, normalmente criadas por um grupo pequeno, com dirigentes políticos como ministros e secretários assumindo a figura de maior destaque público, assistidos por uma equipe técnica. Os legisladores também são envolvidos na formulação dessas políticas públicas, seja criando uma legislação que as regule, seja na realização de estudos e revisões das leis. Os gestores públicos devem ser consultados e participar do processo, pois são os responsáveis pela implementação, contribuindo com sua experiência para maior facilidade e eficácia dessas políticas, inclusive, propiciando a manifestação de grupos sem voz ou com pouca voz.

A formulação de políticas públicas traz desafios que requer muita sensibilidade, articulação, flexibilidade e determinação. Destacamos três deles:

Desafio Político: Nem sempre o ambiente político é favorável à formulação ou readequação de políticas públicas: os agentes políticos com poderes de decisões estratégicas nem sempre têm a visão apurada da realidade da base da pirâmide, podendo decidir de forma equivocada. As soluções apresentadas – ainda que sejam as mais racionais e razoáveis – nem sempre geram satisfação do público, que resiste em mudar seus hábitos e às transformações coletivas. Outro ponto sensível é a questão ambiental que afeta diretamente o indivíduo tanto de forma positiva como negativa. Essas exigências e expectativas contraditórias tornam a tarefa de formulação bastante desafiadora.

Desafio Técnico: As dificuldades técnicas se iniciam, como no meio acadêmico, na identificação e compreensão do problema a ser abordado e dos objetivos alcançados. Os atores

têm a árdua tarefa de se debruçar em discussões de consenso para definir as interpretações corretas para identificar os objetivos a seguir, que muitas das vezes não ficam claros.

Desafios Institucionais: Disposições constitucionais e o sistema político formam um obstáculo que pode limitar drasticamente a gama de opções disponíveis em uma determinada ocasião.

“A existência de dois ou mais níveis de governo em sistemas federais impõe obstáculos semelhantes, porque muitas políticas nacionais exigem acordo intergovernamental, algo que pode ser impossível ou levar muito tempo para conseguir” (WU, 2014, p. 62).

Retomando os objetivos a serem seguidos, os gestores precisam elaborar ações contributivas e concomitantes aplicadas no contexto dos problemas para que possam ser alcançadas efetivamente. Grupos de trabalho ou comitês interinstitucionais também podem ajudar na formulação eficaz de políticas públicas incorporando interesses e objetivos de diferentes órgãos do governo.

A profusão de problemas como aumento populacional, pobreza generalizada, graves questões ambientais e climáticas e crises financeiras recorrentes de amplitude geométrica, torna enorme a necessidade de políticas públicas mais sólidas, sendo que só os governos têm a maior condição de resolvê-los. Porém, o setor público ainda resente de órgãos devidamente qualificados e adequados para enfrentar problemas públicos tão complexos de forma integrada, coerente e adaptável. É preciso observar, reconhecer e adaptar continuamente as relações e interligações necessárias entre as políticas públicas.

O sucesso dessa integração perpassa pela interação dos gestores públicos com os dirigentes políticos, legisladores, com outros gestores públicos que estejam sensíveis às necessidades da população diretamente envolvida nos problemas a serem atacados, estabelecendo objetivos e processos que podem se apresentar de forma inicialmente conflitantes, mas que contribuirá às melhores decisões para o coletivo.

A atual agenda mundial destaca três preocupações que todas as sociedades devem se atentar: prosperidade econômica, equidade social e justiça, e sustentabilidade ambiental, temas alinhados com a Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas. Tais preocupações ilustram bem a inter-relação das políticas públicas e a relativização entre elas, podendo ser citado como exemplo o fato de as políticas econômicas não poderem deixar de levar em conta o meio ambiente, pois a sua exploração pode criar grande possibilidade de esgotamento de recursos naturais e degradação ambiental. É imprescindível que se busque e mantenha, sempre que possível, o equilíbrio entre os setores.

A integração de políticas públicas norteia propósitos desejáveis para toda sociedade com políticas minimamente consistentes e sinérgicas, buscando contemplar os objetivos coletivos. Possibilita a identificação de políticas inovadoras e permutas necessárias entre os objetivos e de propor correções. Para isso, os governos precisam de um mecanismo integrado para criar, implementar e avaliar as políticas públicas.

Os contextos que possibilitam essa integração apresentam restrições, mas também oferecem oportunidades com três componentes: capacidade política, organizacional e analítica que constituem caminhos que se cruzam restringindo o que o gestor pode fazer e que os mesmos precisam levar em conta para que o processo de integração de políticas públicas tenha êxito.

Capacidade Política: O apoio da sociedade a um governo é fator determinante para que se desenvolva processos e objetivos integrados de políticas públicas, favorecendo os gestores a atrair com maior legitimidade, recursos dos financiadores legais, além de retorno eleitoral. A postura proativa da gestão com estratégia e medidas criteriosamente elaboradas é essencial para o apoio político necessário para a integração de tais políticas. Há governos com maior capacidade política que outros. Alguns fatores influenciam para tais diferenças, como os considerados “Estados fortes”, com uma organização interna coesa e integrada na sociedade. Outros com sistemas políticos que criam várias oportunidades institucionais para o confronto e resultados de políticas públicas retardam a criação de políticas e promovem perspectivas de políticas míopes. Há também os sistemas políticos em que há tênue ou nenhuma oposição sem controle efetivo do exercício do governante, facilitando ações de interesse próprio por parte dos agentes públicos, corrupção e abordagens particularistas à criação de políticas públicas. É importante destacar a participação de forma significativa da população no processo de políticas públicas para manter o apoio e a perenidade da confiança.

Capacidade Organizacional: A composição de comunidades de políticas públicas requer um talento indispensável para a concretização de políticas públicas integradas. A heterogeneidade de grupamentos de políticas públicas em determinado ao setor tornará menos provável a criação e implementação dessa integração. Outro impedimento à integração é a baixa qualidade de muitos órgãos públicos que possam efetivamente criar, implementar ou avaliar políticas públicas de forma coerente e integrada. A incapacidade burocrática também é prejudicada pela falta de recrutamento, promoção e remuneração com base em méritos.

Capacidade Analítica: Capacidade de diagnosticar e compreender os problemas sociais, igualmente importante para o sucesso das políticas públicas. O lastro de ações que os governos podem, de fato, fazer e a probabilidade de sucesso dependem dessa capacidade analítica. A

tecnologia da informação teve seus custos de coleta e disseminação de informações sensivelmente reduzidos, mas garante proporcionalmente a melhoria do uso qualitativo das informações, fator que acaba prejudicando a criação de políticas integradas. A falta de capacidade analítica cria uma tendência a análises menos sofisticadas com causas e soluções incertas ou múltiplas.

Adentrando a delimitação espacial deste trabalho, se faz importante o entendimento do papel dos conselhos municipais que consagra a participação efetiva da sociedade com poder de decisão sobre temas afetos a cada área de atuação. O modelo federativo brasileiro possibilita a autonomia administrativa e política do município e que a administração direta e indireta sejam compostas de forma mais independente.

A representatividade dos conselhos é uma garantia de que as decisões por eles tomadas serão legitimadas. A construção dessa legitimidade está associada à forma de escolha das entidades não vinculadas ao governo municipal, sendo as mais comuns:

- Pela lei – A lei fixa quais serão as entidades integrantes do conselho, qualquer alteração passa a depender de um decreto;
- Pelas plenárias das entidades – Através das plenárias, uma forma mais democrática que possibilita o debate, a argumentação, o processo do próprio da atividade política;
- Pela escolha do prefeito – Indicação do prefeito, que traz o risco de aparelhamento do conselho; e
- Pela conjugação de mais de uma forma de escolha.

O número de conselhos varia de cidade para cidade, além dos obrigatórios e ainda os que criados a partir de demandas locais. De acordo com a pesquisa *Conselhos Municipais e Políticas Sociais* (IBAM, IPEA, COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997 apud TATAGIBA, 2002) existem três tipos principais de conselhos:

- Conselhos de Políticas – Ligados às políticas públicas mais estruturadas ou concretizadas em sistemas nacionais. São previstos em legislação nacional, tendo ou não caráter obrigatório. Exemplo: Conselhos de Saúde, de Assistência Social e de Direitos da Criança e Adolescente;
- Conselhos de Programas – Vinculados a programas governamentais concretos e em geral associados a ações emergenciais bem delimitadas quanto ao seu escopo e à

sua clientela, que articulam ou acumulam, em geral, funções executivas no âmbito do respectivo programa. Exemplo: Conselhos Municipais de Emprego, de Desenvolvimento Rural;

- Conselhos Temáticos – Sem vinculação imediata a um sistema ou legislação nacional, existem na esfera municipal por iniciativa local ou mesmo por estímulo estadual. Exemplos: Conselhos Municipais da Mulher, de Cultura, de Esporte.

No contexto atual dos desafios a serem superados de forma globalizada e inclusiva a ONU – Organização das Nações Unidas, adotou em 2015 o documento “*Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” que trata de ações de comunidades internacionais signatárias para os próximos anos com metas a serem atingidas até 2030 através de um plano de ação para todas as pessoas e o planeta trilharem um caminho mais sustentável e resiliente.

Esta Agenda consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que são integrados e indivisíveis, mesclando de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, como um rol de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos, estimulando e apoiando ações em áreas importantes para a humanidade como pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

O ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico vem ao encontro deste Plano de Intervenção, pois contempla a busca por maior igualdade de renda e de oportunidades de trabalho, com o alcance do desenvolvimento social e econômico sustentável, incluindo os mais vulneráveis, muitas vezes com menores expectativas de vida, deficiente escolaridade e empregos de baixa qualidade. A retomada econômica traz melhores condições para a estabilidade e sustentabilidade do Brasil possibilitando o incentivo para o empreendedorismo, criação de novos empregos de forma sustentável e de rápida adaptação ao mundo do trabalho. O trabalho forçado e o análogo ao trabalho escravo são formas, também, a serem combatidas pelo ODS 8.

Destacam-se as metas, a seguir, no contexto da realidade tecnológica mundial onde as novas gerações se encontram naturalmente integradas e a rápida transformação do mundo do trabalho:

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

A referência do levantamento de dados primários e bases de dados governamentais utilizados para realização deste trabalho nos cinco municípios selecionados, Duque de Caxias, Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, deparou com uma realidade prevista diante o histórico de distanciamento de diálogo, fragilidade e descontinuidade das políticas de emprego na região da Baixada Fluminense.

Em questionário enviado ao CETERJ – Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Rio de Janeiro, foi constatado que apenas três municípios da região pesquisada, Duque de Caxias, Itaguaí e Nilópolis, estão com seus Conselhos Municipais de Trabalho formalmente constituídos; porém, as atividades de seus colegiados com reuniões ordinárias mensais encontram-se comprometidas por razões de falta de quórum, constantes mudanças de conselheiros governamentais – o que requer trâmite administrativo de publicações oficiais, agenda que desperte interesse deliberativo, falta de local adequado para as reuniões e até mesmo o envolvimento declarado de alguns integrantes na campanha eleitoral de 2018.

Destaca-se, também, a ausência recíproca de representantes do legislativo municipal, integrante da Comissão Legislativa de Trabalho, nas reuniões dos Conselhos Municipais de Trabalho, assim como de Conselheiros nas reuniões das Comissões Legislativas. As duas organizações não haviam trocado, até a data da pesquisa, os calendários das reuniões.

Não há basicamente bancos de dados referentes a área do Trabalho. A divulgação sistêmica sobre o cenário de empregados e desempregados formais tendo como fonte o Ministério do Trabalho/CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) nos municípios pesquisados é irregular.

O SINE – Sistema Nacional de Emprego, que realiza através de seus postos municipais, serviços de emissão de carteiras de trabalho, intermediação de mão-de-obra e habilitação do seguro-desemprego, nem sempre tem o convênio celebrado diretamente entre o município e o Ministério do Trabalho devido a restrições no CAUC – Cadastro Único de Convênio, sendo intermediado através da SETRAB – Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, para que o Sistema esteja operante em todos os municípios.

Verificou-se a pouca informação dos edis quanto às possibilidades de atuação das Comissões Legislativas de Trabalho e nenhuma delas afirmou discutir as estruturas administrativas das Secretarias de Trabalho encaminhadas pelo executivo no início de seus mandatos para serem aprovadas. Alegam ser o poder discricionário do prefeito, justificam a redução das estruturas por conta da crise, mas não demonstram ter conhecimento da abrangência e importância da pasta para o desenvolvimento socioeconômico. O pouco conhecimento sobre Economia Solidária também ganhou destaque entre os membros do legislativo.

Salvo Duque de Caxias, não houve retorno quanto a detalhes das estruturas funcionais das Secretarias de outros municípios. Destaca-se que, em Duque de Caxias na gestão anterior, até 2016, a Secretaria de Trabalho incorporava Desenvolvimento Econômico e tinha uma estrutura com 62 funcionários, com duas subsecretarias, departamento de projetos, Assessoria Contábil e a atual gestão, a partir de 2017, reduziu drasticamente a estrutura para 7 funcionários, sendo 1 Secretário, 1 Diretor e 5 cargos de assessoria. Estrutura impraticável para um município que é o terceiro PIB estadual, com quase 900.000 habitantes, comprometendo o pleno exercício das atividades-fim da Secretaria, além de não ter como acompanhar a dinâmica participativa em outros conselhos que têm assento governamental, nem o cumprimento das políticas de cotas do Programa Jovem Aprendiz e para Pessoas com Deficiência (PcD).

Diante as referências teóricas buscadas e as realidades encontradas , o presente Plano de Intervenção ao longo de sua efetiva construção terá a oportunidade desafiadora de ineditamente aproximar de forma interativa os governos municipais focados no aprimoramento das políticas públicas de emprego na Baixada Fluminense.

4 ESCOPO

4.1 Estrutura Analítica

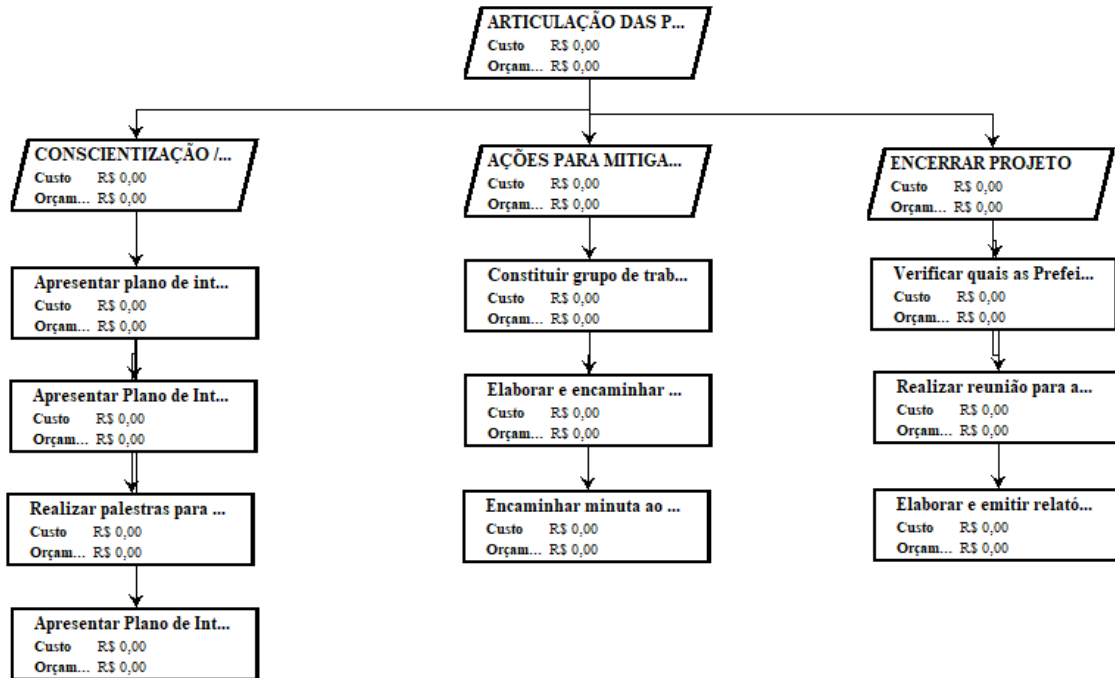


Figura 2 - Project Libre

4.2 Não escopo

Não é escopo deste Plano de Intervenção o atingimento de metas quantitativas de geração de emprego formal, nem a contratação de servidores.

4.3 Levantamento de restrições

- a) Infraestrutura operacional;
- b) Disponibilidade de servidores para conduzir o Plano de Intervenção;
- c) Limitação de recursos financeiros.

4.4 Premissas

- a) Duque de Caxias e os demais municípios envolvidos aceitarão o Plano de Intervenção;
- b) Ineditismo de uma articulação intermunicipal para a área de trabalho e renda;
- c) Expectativa e pressão dos conselhos de trabalho por ações mais efetivas e que melhore a oferta de emprego e renda;
- d) Necessidade política de transformar o atual cenário de desemprego.

4.5 Riscos

- a) Resistência e ou indiferença do legislativo em colaborar de forma integrada a este Plano de Intervenção;
- b) Esvaziamento das representações tripartites dos conselhos, nas discussões e deliberações;
- c) O executivo municipal não estruturar minimamente as secretarias municipais para operacionalizar as ações do Plano de Intervenção;

4.6 Estrutura de gestão e principais atores envolvidos

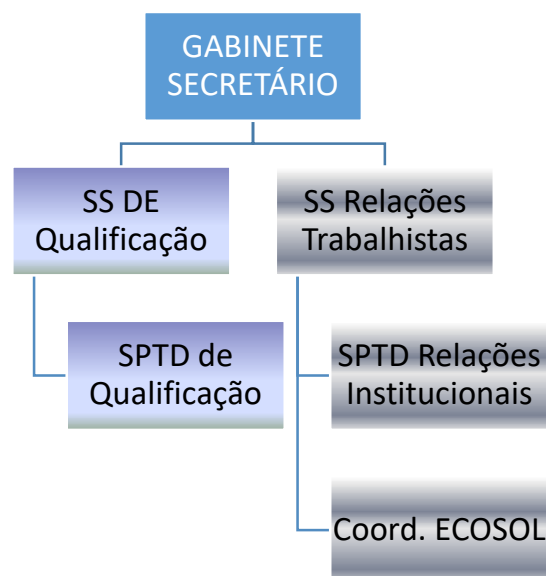


Figura 3 - Secretaria de Estado de Trabalho e Renda RJ
Fonte: Elaborado pelo autor

A estrutura organizacional que se apresenta a níveis executivo e gerencial contempla as principais áreas para o desempenho das atividades-fim das políticas de trabalho, conforme semelhança proporcional ao Ministério do Trabalho.

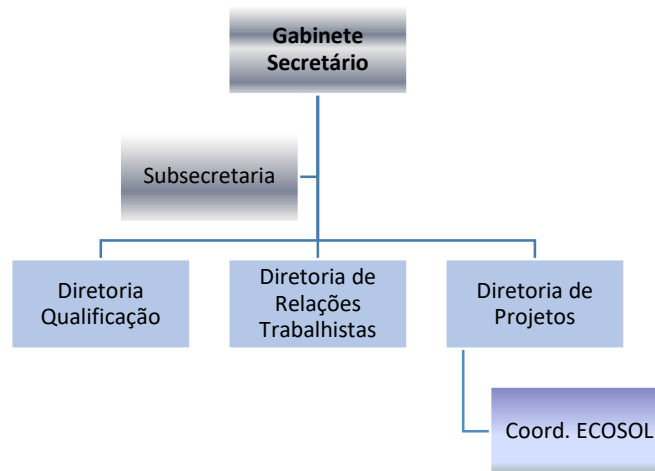


Figura 4 - Estrutura Mínima Sugerida para as Secretarias Municipais (Níveis executivo e gerencial)

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante o cenário encontrado e a realidade econômico-financeira das prefeituras, sugere a estrutura acima com posições executiva e gerenciais que contemplem essencialmente as atividades-fim da área de trabalho, incluindo a ECOSOL - Economia Solidária.

4.7 Quadro de Trabalho/equipe

Apresentar o quadro de trabalho com as principais ações para realização de seus produtos. A matriz abaixo pode ser usada como modelo:

Produto:		
Pacote de Trabalho:		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto de Intervenção foi desenvolvido com o objetivo de mostrar o nível de conhecimento, articulação, integração e execução das políticas públicas de emprego em alguns municípios da Baixada Fluminense, além de suas estruturas organizacionais e infraestruturas operacionais das Secretarias Municipais de Trabalho.

A escolha do tema se deu nas observações cotidianas da falta de conexão entre os órgãos municipais no tratamento das demandas que envolvem o mundo do trabalho na região da Baixada Fluminense, suas realidades, possibilidades, prioridades e fragmentação com alguns casos de ações da área do trabalho, apropriadas e executadas por outras secretarias.

A Baixada Fluminense abastece a região central metropolitana do Rio de Janeiro, que detém uma economia concentrada e diversificada, com grande volume de mão-de-obra na maioria das vezes em ocupações medianas e com baixos salários. Esse deslocamento pendular casa – trabalho – casa, apesar da existência de vias expressas que já se apresentam saturadas com longos congestionamentos, afeta a produtividade e a qualidade de vida. Paralelamente a esse cenário, a Baixada Fluminense vem desenvolvendo sua infraestrutura e consolidando seu arranjo produtivo nos setores de serviços, comércio, construção civil e indústria de transformação, esses dois últimos requerendo maior investimento na educação formal e qualificação profissional que refletem em maiores salários e menor rotatividade.

Todo esse cenário traz a reflexão em desenvolver a economia local a fim de gerar uma cadeia produtiva que absorva de forma inclusiva os trabalhadores dessa região. No intuito de começar a aproximar as realidades de atores que deveriam estar mais próximos e se encontram tão distantes e dispersos, foram criados questionários que foram encaminhados ou levados presencialmente aos entrevistados nas esferas legislativa, executiva e nos conselhos de trabalho.

A primeira dificuldade foi “quebrar o gelo” e esclarecer o objetivo da pesquisa, principalmente no legislativo, que surpreendeu pelo superficial conhecimento da matéria dos integrantes das comissões legislativas de trabalho. Já nos conselhos, boa parte dos integrantes pareceu comparecer às reuniões de forma protocolar, sem maiores comprometimentos em suas participações, agindo de forma passiva à condução de quem dirige os encontros. Foi notado grande envolvimento ostensivo dos agentes públicos nas campanhas eleitorais do corrente ano.

As estruturas das Secretarias Municipais no caso específico de Duque de Caxias, município-piloto do Plano, se mostraram bastante reduzidas e com operacionalidade comprometida pela falta de infraestrutura de equipamentos, utensílios, pessoal e banco de

dados. É o único município do estado do Rio de Janeiro em que o convênio do SINE não é celebrado com a Secretaria de Trabalho e sim com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Outro ponto de destaque foi a pouco explorada discussão e aproximação efetiva com os operadores da Economia Solidária da região, a qual tem suas atividades com pouca e ainda não sistematizada atenção do poder público municipal.

Diante do cenário levantado, é apontado um trabalho hercúleo de sensibilização e capacitação técnica para primeiramente os agentes públicos entenderem o conceito de políticas públicas e reconhecerem que as intersetorialidades do trabalho com outras áreas segue uma estrutura formal de onde essas políticas são originárias e precisam ser reconhecidas para uma execução efetiva e integrada.

Esse levantamento deve ser apresentado a esses grupos entrevistados para se reconhecerem e assumirem o compromisso de interação e atuação integrada com o aval institucional do executivo, apoio do legislativo e acompanhamento atuante da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 2030. **Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/ods/8/>>. Acesso em: 17 Out. 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRYNER, G.C. Organizações Públicas e Políticas Públicas. In: PETERS, B.G; PIERRE, J. **Administração Pública:** coletânea. Brasília: ENAP, 2010, p. 315-333.
- IBGE. **População.** Brasil. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.
- NAÇÕES UNIDAS. **Trabalho decente e desenvolvimento econômico.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- NAÇÕES UNIDAS. **Trabalho decente e desenvolvimento econômico.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- NETO, J.M.R. Cooperação e Competição entre Políticas Públicas no Brasil. **Os Custos da Governabilidade no Presidencialismo de Coalizão.** São Paulo: Paco Editorial, 2016.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Ministério do Trabalho. **CAGED.** 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em 17 ago. 2018.
- PETERS, G.B.P. **Administração Pública:** Coletânea. Brasília: ENAP, 2014
- SALLES, H.M. **Gestão Democrática e Participativa.** Florianópolis: UFSC, 2010.
- TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- WU, X.; et al. **Guia de políticas públicas:** Gerenciando Processos. Brasília: Enap, 2014. 160 p.

ANEXO

ANEXO I – QUESTIONÁRIOS

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 EGPL – ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LOCAL – GESTÃO
 METROPOLITANA

ALUNO POS GRADUANDO: CELSO DE JESUS LOPES

ORIENTADOR: Profº Dr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO

**TEMA: ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
 NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: SEUS EFEITOS NA
 EFETIVIDADE, SOLUÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS**

**QUESTIONÁRIO AO CETERJ – CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO
 EMPREGO E RENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

NOME (OPCIONAL): _____

FUNÇÃO NO CONSELHO: _____

GRAU DE FORMAÇÃO

Ensino Fundamental Ensino Médio Superior Pós Graduação ou mais

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 3 a 5 anos Mais de 5 anos

1- COMO AVALIA O NÍVEL DE CONHECIMENTO, DESTE CONSELHO, DAS
 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?

Bom Muito Bom Regular

2- ESTE CONSELHO DISCUTE REGULARMENTE A CONJUNTURA DAS POLÍTICAS
 PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO DE SUA
 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL?

Sim Não

3- AS AÇÕES DESTE CONSELHO SÃO DIVULGADAS EM PORTAL DE ACESSO PÚBLICO?

Sim Não

4- A DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO CONTRIBUIRIA PARA MAIOR FORTALECIMENTO DESTE CONSELHO?

Sim Não Indiferente

5- COMO É A INTERAÇÃO COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS?

Boa Muito Boa Eventual

6- HÁ ACOMPANHAMENTO DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA NAS REUNIÕES DESTE CONSELHO?

Sim Não

7- O EXECUTIVO É RECEPTIVO ÀS DEMANDAS DESTE CONSELHO?

Sim Não

8- QUANTOS CONSELHOS OU COMISSÕES MUNICIPAIS DE TRABALHOS ESTÃO ATIVOS NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE?

Nenhum Entre 1 a 5 Entre 6 e 10 Entre 10 e 13

9- ALGUM (UNS) DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE APRESENTOU OU APRESENTARAM PROJETOS PARA APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO CETERJ ENTRE 2016 E 2017?

Sim : Quantos? _____ Não

10- QUAL O GRAU DE CONHECIMENTO PELO CETERJ DA REALIDADE DA ÁREA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE?

Muito Bom Bom Regular Baixo

ANEXO II – QUESTIONÁRIOS

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EGPL – ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LOCAL – GESTÃO METROPOLITANA

ALUNO POS GRADUANDO: CELSO DE JESUS LOPES

ORIENTADOR: Profº Dr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO

TEMA: ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: SEUS EFEITOS NA EFETIVIDADE, SOLUÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS

QUESTIONÁRIO AOS CONSELHOS / COMISSÕES MUNICIPAIS DE TRABALHO

NOME (OPCIONAL): _____

FUNÇÃO NA COMISSÃO: _____

MUNICÍPIO: _____

GRAU DE FORMAÇÃO

Ensino Fundamental Ensino Médio Superior Pós Graduação ou mais

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO / COMISSÃO

Menos de 1 ano 1 a 2 anos 2 a 4 anos

1- COMO AVALIA O NÍVEL DE CONHECIMENTO, DESTE CONSELHO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?

Bom Muito Bom Regular

2- ESTE CONSELHO DISCUTE REGULARMENTE A CONJUNTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO DE SUA ABRANGÊNCIA TERRITORIAL?

Sim Não

3- AS AÇÕES DESTE CONSELHO SÃO DIVULGADAS EM PORTAL DE ACESSO PÚBLICO?

Sim Não Eventualmente

4- A DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO CONTRIBUIRIA PARA MAIOR FORTALECIMENTO DESTE CONSELHO?

Sim Não Indiferente

5- COMO É A INTERAÇÃO COM O CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO – CETERJ?

Boa Muito Boa Eventual

6- HÁ ACOMPANHAMENTO DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA NAS REUNIÕES DESTE CONSELHO?

Sim Não

7- POR QUANTOS MEMBROS É CONSTITUÍDO ESTE CONSELHO / COMISSÃO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?

6 9 12 15 18

8- O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO SÃO RECEPTIVOS ÀS DEMANDAS DESTE CONSELHO?

Sim Não

9- O PODER EXECUTIVO ATENDE AS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DESTE CONSELHO/COMISSÃO?

Sim Não

10- QUAL O GRAU DE CONHECIMENTO POR ESTE CONSELHO / COMISSÃO SOBRE A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO?

Muito Bom Bom Regular Baixo

ANEXO III – QUESTIONÁRIOS

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EGPL – ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LOCAL – GESTÃO METROPOLITANA

ALUNO POS GRADUANDO: CELSO DE JESUS LOPES

ORIENTADOR: Profº Dr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO

TEMA: ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: SEUS EFEITOS NA EFETIVIDADE, SOLUÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS

QUESTIONÁRIO ÀS COMISSÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS DE TRABALHO

NOME (OPCIONAL): _____

FUNÇÃO NA COMISSÃO: _____

MUNICÍPIO: _____

GRAU DE FORMAÇÃO

Ensino Fundamental Ensino Médio Superior Pós Graduação ou mais

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO

Menos de 1 ano 1 a 2 anos 2 a 4 anos

1- COMO AVALIA O NÍVEL DE PRODUÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS, DESTA COMISSÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO MUNICÍPIO?

Bom Muito Bom Regular

2- QUAL A FREQUÊNCIAS DAS REUNIÕES DESTA COMISSÃO LEGISLATIVA?

Quinzenal Mensal Outros: _____

3- AS AÇÕES DESTA COMISSÃO SÃO DIVULGADAS EM PORTAL DE ACESSO PÚBLICO?

Sim: Qual? _____ Não Eventualmente

4- A DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO CONTRIBUÍRIA PARA MAIOR FORTALECIMENTO DESTE CONSELHO?

Sim Não Indiferente

5- COMO É A INTERAÇÃO COM O CONSELHO / COMISSÃO MUNICIPAL DE TRABALHO?

Boa Muito Boa Eventual Não há

6- HÁ ACOMPANHAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NAS REUNIÕES DESTA COMISSÃO?

Sim Não

7- O EXECUTIVO É RECEPTIVO ÀS DEMANDAS DESTE CONSELHO?

Sim Não

8- POR QUANTOS MEMBROS É CONSTITUÍDO ESTA COMISSÃO PARLAMENTAR DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?

3 4 5 ou mais

9- FORAM APRESENTADOS PROJETOS PARA APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DESTA COMISSÃO LEGISLATIVA ENTRE 2016 E 2017?

Sim : Quantos? _____ Não

10- ESTA COMISSÃO LEGISLATIVA DISCUTE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?

Sim Não

11- QUAL O NÍVEL DE CONHECIMENTO E INTERAÇÃO DESTA COMISSÃO LEGISLATIVA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SEU MUNICÍPIO?

Muito Bom Bom Regular Baixo

RJ, ____/10/2018